<u>Declaração</u>

Declaro para os devidos fins que a ASSOCIAÇÃO PROJETO VIVER EM CRISTO com sede na Rua Américo Lobo nº 1361 Bairro Manoel Honório, na cidade de Juiz de Fora Minas Gerais, inscrita no (CNPJ 34.099.354 /0001-57) é uma instituição completamente independente, sem fins lucrativos, em pleno e regular funcionamento.

JUIZ DE FORA , 28 de JANKINO de 2021

Fábio Alberto de Paula - Presidente

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atesto para os devidos fins que a ASSOCIAÇÃO PROJETO VIVER EM CRISTO com sede na Rua Américo Lobo nº 1361 Bairro Manoel Honório , na cidade de Juiz de Fora Minas Gerais , inscrita no (CNPJ 34.099.354 /0001-57) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, desde 27/ 05 / 2019, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais no que concerne as atividades assistenciais beneficentes e filantrópicas, sendo sua Diretoria constituída por pessoas idôneas, com o mandato de 27/ 05 / 2019 a 27 / 05 /2023, composta dos seguintes membros:

Presidente:

Nome Completo: Fábio Alberto de Paula

RG n°: MG: 12. 885. 389 CPF n°: 014. 511. 476 - 78

Endereço Residencial: Rua Urias Gonçalves de Oliveira, nº 77, Bairro Santa Rita.

Secretário Geral:

Nome Completo: Ademir Fernandes Nogueira

RG nº: MG 12. 640. 654 CPF nº: 083. 231. 036 - 42

Endereço Residencial: Rua Carneiro da Silva, nº 585, casa 11, Bairro Furtado de

Menezes.

Tesoureiro:

Nome Completo: Ana Karolliny da Cunha Ferreira

RG nº: 0401 264 759 CPF n: 152. 021. 586 - 02

Endereço Residencial: Av. Garibaldi Campinhos, nº 106/ apto 302, Bairro Vitorino Braga Atesto, outrossim, que a referida entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma, destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento beneficente e gratuito de suas finalidades.

A diretoria é composta por pessoas idôneas.

Juil DE FORA, 25 de JANEIRO de 2021

Assinatura da autoridade local

Dr. Almain

Livro: A264 Folha: 135 Pag: 4

Data: 03/07/2019

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



ASSOCIAÇÃO PROJETO VIVER EM CRISTO

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE SOCIAL E FINS SOCIAIS

Artigo 1 – A Associação PROJETO VIVER EM CRISTO, também designada pela sigla PVC, fundada em 27/05/2019, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado e com o foro e sede social localizada na Rua Halfeld, nº 828 – Sala1006, Bairro Centro, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais e regendo-se por esse Estatuto Social, pelo Código Civil Brasileiro e pelas deliberações de seus órgãos.

Artigo 2 - A Associação tem por finalidade:

I - promover o desenvolvimento da comunidade;

II - trabalhar por uma sociedade mais justa;

III - promover a cidadania;

IV - lutar pela defesa dos direitos humanos;

V - democracia da política social;

Artigo 3 - No desenvolvimento de suas atividades, a entidade não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Artigo 4 – A entidade poderá ter um regimento interno que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Parágrafo único – A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), a Associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo presente Estatuto e regimento interno, caso existente.

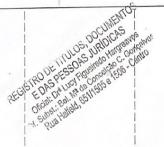
CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Seção I Considerações Gerais

Artigo 5 – A Associação terá número ilimitado de associados, definidos por toda pessoa capaz de direitos e deveres, sem distinção de qualquer natureza para ser membro associado efetivo, que serão admitidos, a juizo da diretoria, dentre pessoas idôneas que solicitarem sua inscrição mediante preenchimento de ficha de inscrição onde conste a aceitação deste estatuto.

Cristiane Souza Formandes ADVG 111.763







Livro: A264

Folha: 136 Pag: 5 Data: 03/07/2019

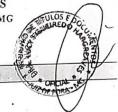
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



Artigo 6 – Podem-se fillar-se à Associação as pessoas maiores e capazes para o atos civis, que residem na área de atuação da entidade, bem como aquelas que exercem atividades profissionais junto á comunidade.

§1º - A condição de associado é intransferivel.

§2º - Ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Artigo 7 - Haverá as seguintes categorias de associados:

I - Fundadores, os que assinarem a ata de fundação da Associação;

 II – Beneméritos, aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados à Associação;

III – Honorários, aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados à Assoclação, por proposta da diretoria á Assembleia Geral:

IV - Contribuintes, os que pagarem a mensalidade estabelecida pela diretoria.

Artigo 8 — Os associados têm direitos iguais e a qualidade de associado é intransmissível, não havendo qualquer possibilidade de transmissão por alienação, doação ou herança, extinguindo-se os direitos com a morte do associado ou a liquidação da pessoa jurídica da Associação.

Artigo 9 – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos da Associação.

Secão II

Dos direitos e deveres do associado

Artigo 10 - São direitos dos associados:

I - votar e ser votado para os cargos eletivos;

II – propor a admissão de novos associados;

III - ter acesso a todos os documentos da Associação;

IV – recorrer das decisões da Diretoria.

Parágrafo único – Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no Estatuto Social.

Artigo 11 - São deveres dos associados:

 I – cooperar para o desenvolvimento e a realização das atividades da Associação;

 II – fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações decorrentes da Assembleia Geral e da Diretoria;

III - comparecer à Assembleia Geral e às reuniões a que for convocado;

IV - aceitar e exercer os cargos e comissões para que for eleito ou designado;

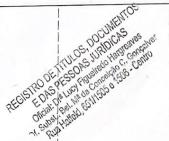
V - zelar pelo bom nome da instituição;

VI - zelar pela preservação do patrimônio da instituição.

Cristiane Souza Fernandus









Protocolo: 233016
R Reg: 008734
L Livro: A264
F Folha: 137 Pag: 6
Data: 03/07/2019

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

DE FIGUEIREDO HAR

Livro A
Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



Parágrafo único – O associado membro da Diretoria que faltar por três reuniões consecutivas ou sels alternadas no ano, sem justificar, será automaticamente destituído do seu cargo.

Seção III

Da demissão e exclusão de associados

Artigo 12 – A exclusão de associados se dará por deliberação da Diretoria nos seguintes casos:

I - requerimento por escrito de associado;

II – falta de pagamento da contribuição;

III – superveniência de incapacidade civil;

IV - falecimento;

V - demissão.

Artigo 13 – A demissão do associado só é admissível havendo justa causa, e assim reconhecida em procedimentos que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos nesse Estatuto.

Parágrafo único - Entende-se por justa causa, entre outros:

I - não cumprir com as obrigações que lhe forem atribuídas;

 II – praticar atos que comprometam moralmente a Associação, denegrindo sua imagem e reputação;

III – proceder com má administração de recursos;

IV - infringir as demais normas previstas neste Estatuto e na lei.

Artigo 14 – Caberá recurso fundamentado, à Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) días da comunicação da decisão ao associado excluído, por meio de requerimento escrito endereçado ao Presidente da diretoria.

Parágrafo único – A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer no prazo previsto no caput.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

Secão I

Considerações Gerais

Artigo 15 - A Associação é constituída pelos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria:

III - Conselho Fiscal.



Cristiane Souza Fernandes ADV MARTING 111.763

1

AEGETUSE HAME THE ETEST OF THE PROPERTY OF THE



Protocolo: 233016

Reg: 008734 Livro: A264

Folha: 138 Pag: 7 Data: 03/07/2019

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

RUA: HALFELD n° 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



Seção II

Da Assembleia Geral

Artigo 16 - A Associação é constituída, organizada e posta a funcionar por deliberação da Assembleia Geral, órgão supremo da associação.

§1º - A Assembleia Geral constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários;

§2º - A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária.

Artigo 17 - Compete à Assembleia Geral:

I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social;

II - alterar o Estatuto Social;

III - eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

IV - destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - eleger os substitutos da Diretoria e do Conselho Fiscal em caso de vacância definitiva;

VI - examinar e aprovar as contas anuais;

VII - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais:

VIII - decidir sobre a dissolução da Associação;

IX - decidir sobre a dissolução da Associação;

X - aprovar o regimento interno;

XI – decidir sobre outros assuntos de interesse da Associação.

Artigo 18 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para:

I - apreciar o relatório anual da Diretoria;

II - discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Artigo 19 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada a qualquer tempo para a solução de problemas emergentes e/ou urgentes, para alterar o Estatuto Social, destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e decidir sobre recurso contra exclusão de associado.

Artigo 20 - A Assembleia Geral realizar-se-á, quando convocada:

I - pelo presidente da Diretoria;

II - pela Diretoria;

III - pelo conselho fiscal;

IV – por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 21- A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 5 (cinco) días.









Protocolo: 233016

Reg: 008734 Livro: A264

Folha: 139 Pag: 8 Data: 03/07/2019

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



Parágrafo único – Se não houver número suficiente de associado para a instalação da Assembleia, o início dos trabalhos ocorrerá trinta minutos após o horário, em segunda convocação, com o número de associados presentes.

Seção III Da diretoria

Artigo 22 - A Diretoria será constituída por um Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro.

§1° - O mandato da Diretoria será de 4 (quatro) anos, podendo se reeleger; §2° - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos novos membros.

Artigo 23 - Compete a Diretoria:

I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social;

II - deliberar sobre a admissão e demissão de funcionários;

 III – analisar e aprovar os balancetes contábeis mensais apresentados pela Tesouraria;

IV - elaborar e executar programa anual de atividades;

V - elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;

VI - estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;

VII – entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

VIII - prestar contas da administração, anualmente;

IX - contratar e demitir funcionários;

X - convocar a Assembleia Geral,

Artigo 24 — A Diretoria se reunirá, ordinariamente uma vez por mês, para tratar de assuntos diversos da Associação e aprovar os balancetes contábeis mensais, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente, cujas decisões serão tomadas por maioria de votos.

Artigo 25 - Compete ao Presidente:

l – representar a Associação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;

III - convocar e presidir a Assembleia Geral;

IV – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

 V – assinar com o tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;

Artigo 26 - Compete ao Secretário Geral:

I - substituir o Presidente em suas eventuais ausências e impedimentos;

II – assumir a função de Presidente, em caso de vacância, até o término do mandato;









Livro: A264

Folha: 140 Pag: 9 Data: 03/07/2019

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

RUA: HALFELD n° 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



 III – atender e desempenhar funções especiais que lhe forem atribuídas pelo Presidente;

IV - dirigir e organizar os serviços de Secretaria e administração pessoal;

V – secretariar e lavrar as atas de reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
 VI – elaborar os editais e as pautas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;

VII - organizar e manter os arquivos de documentos da Associação.

Artigo 27 - Compete ao Tesoureiro:

I - orientar, analisar e fiscalizar a contabilidade da Associação;

 II – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxillos e donativos, mantendo em dia a escrituração;

III - pagar as contas autorizadas pelo Presidente;

IV - apresentar relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

 V – assinar, juntamente com o Presidente, os documentos necessários para pagamentos e remessas de valores;

VI – apresentar relatórios de receita e despesas sempre que forem solicitados;

VII – conservar, sob sua guarda e reponsabilidade, os documentos relativos à tesouraria:

VIII - apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;

Seção IV

Do conselho Fiscal

Artigo 28 - O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros e seus respectivos suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

§1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria:

§2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término:

§3º - Os Conselheiros titulares e suplentes permanecerão no exercício de seus cargos até a posse do novo Conselho Fiscal;

Artigo 29 - Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar a gestão financeira e administrativa da Associação, examinando toda a documentação contábil;

II - examinar o balancete apresentado pelo Tesoureiro, manifestando sua

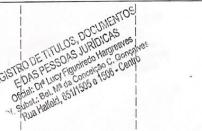
 III – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

IV - opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

Parágrafo único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

A.

Cristiane Souza Fernandes





Protocolo: 233016

Reg: 008734 Livro: A264

Folha: 141 Pag: 10 Data: 03/07/2019

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



Seção V

Considerações Finais

Artigo 30 — No exercício da gestão, deverão ser observadas as regras e os princípios da legislação civil acerca das atribuições e responsabilidades dos seus administradores, considerando aprovadas as contas em Assembleia Geral Ordinária, na forma estabelecida neste Estatuto.

Artigo 31 – A Associação manterá a escrituração de suas receitas, despesas, em livros revestidos de todas as formas legais que assegurem sua exatidão e de acordo com as exigências legais.

Artigo 32 – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Artigo 33 — A Associação não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma de pretexto.

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

Artigo 34 – A eleição para membros da Diretoria e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta.

§1º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, porém, no caso de candidatura única, estas poderão ser realizadas por aclamação;

§2º - Havendo empate nas eleições, haverá um segundo escrutinio entre os dois mais votados;

§3º - As eleições para renovação da Diretoria serão convocadas, até 180 (cento e oitenta) dias, antes do término do mandado vigente.

Artigo 35 – Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

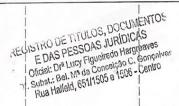
CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO E FONTES DE RECURSOS

Artigo 36 – A Associação se manterá através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.











Livro: A264

Folha: 142 Pag: 11 Data: 03/07/2019

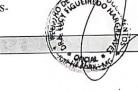
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

RUA: HALFELD n° 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



Artigo 37 - A fonte de recursos para o desenvolvimento e manutenção da Associação, provém de:

I - receitas decorrentes de seu patrimônio, mobiliário e imobiliário que venha a

II - de doações de qualquer natureza;

III – de auxilios e subvenções que venha a receber do Poder Público;

IV - auxilios e contribuições de seus associados e benfeitores ou qualquer outra forma legal de receita, cuja soma constitui o patrimônio social;

Artigo 38 - O Patrimônio da Associação será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de divida pública.

Artigo 39 - No caso de dissolução da associação, os bens remanescentes serão destinados à outra instituição congênere municipal, estadual ou federal por deliberação dos associados.

CAPÍTULO VI DA REFORMA, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 40 - O Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicos.

Artigo 41 – O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 dos presentes a Assembleia Geral especialmente convocada

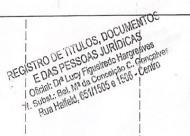
associados presentes em Assembleia Geral volves estes se tornarem inexequíveis a juízo da maioria dos associados.

Artigo 43 – Dissolvida à associação, o remanescente do seu patrimônio líquidos será destinado à entidade de fins não econômico designada no estatuto, objecto estes, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadado ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

Parágrafo único – Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal or Território, em que a associação tiver sede, instituição dicadas neste artigo, o que remanescer do servizenda do Estado, do Distrito Federal

Cristiane Souza Fernandes ADVO 445-1 040-11-763







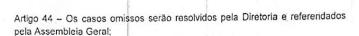
Livro: A264 Folha: 143 Pag: 12 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Data: 03/07/2019 Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA



Artigo 45 - Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para a discussão e solução de qualquer ação fundada neste Estatuto

Artigo 46 - Para fins contábeis, fiscais e de controle da Associação, o exercício social se encerra no dia 31 (trinta e um) de cada ano civil.

Artigo 47 - O presente Estatuto Social foi aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 20/02/2019, devendo entrar em vigor nesta data.

Juiz de Fora, 27 de Maio de 2019

Fabio Alberto De Paula Presidente

CPF: 014.511.476-78

Ademir Fernandes Nogueira

Secretário(a) Geral CPF: 083.231.036-42

Anna Karolliny da Cunha Terreira
Anna Karolliny Da Cunha Ferreira

Tesoureiro(a)

CPF: 152.021.586-02

OAB/MG: 111.763

PESSOAS JURIDICAS



Livro: A264

Folha: 144 Pag: 13 Data: 03/07/2019

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

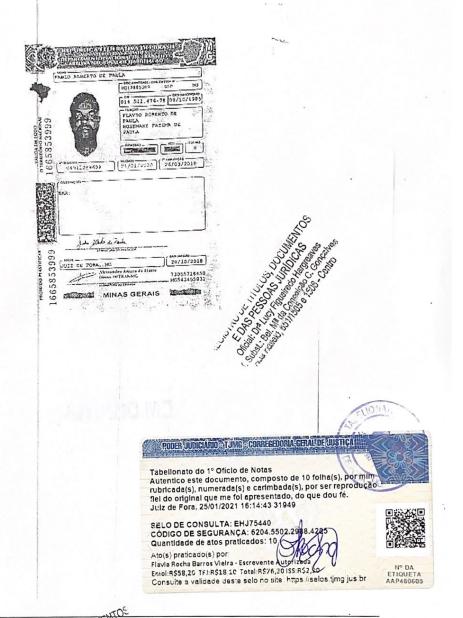
RUA: HALFELD n° 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-

Livro A

Apresentante: FÁBIO ALBERTO DE PAULA





PEGIS TO DE TITULOS, DOCUMENTO E

PEGIS TO DE TITULOS, DIVIDICAS

PEGIS TO DE LUCI FOUNTE DA HARDEN E

OFICIAL DE LUCI FOUNTE DA CONTRA CONTRA

